



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024

PROCESSO Nº 97/2024

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90050/2024

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ (UASG 989985)

Secretaria de Turismo e Cultura

OBJETO

Contratação de empresa especializada para locação de iluminação e decoração natalina no município de Itapoá/SC, no ano de 2024/2025, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 470.946,15 (quatrocentos e setenta mil, novecentos e quarenta e seis reais e quinze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **05/12/2024** às **08h30** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

LOCAL

Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 989985

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2024
PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90050/2024

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Decreto Municipal nº 5.853, de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para locação de iluminação e decoração natalina no município de Itapoá/SC, no ano de 2024/2025, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

1.1.1. O valor estimado total para a prestação do serviço é de **R\$ 470.946,15 (quatrocentos e setenta mil, novecentos e quarenta e seis reais e quinze centavos)** conforme disposto no ANEXO III - Termo de Referência.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 989985.

1.4. Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.5. Data e horário para início de cadastro de propostas: **22/11/2024 às 08:30 horas.**

1.6. Data e horário limites para cadastro de propostas e início da sessão pública: **05/12/2024 até às 08:30 horas.**

1.7. Modo de disputa: Aberto e Fechado, nos termos do art. 56, inciso I e II da Lei Federal 14.133/21.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para o item 23, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado

2.7.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio tendo em vista tratar-se contratação de pequeno porte e existência de diversas empresas atuantes no mercado, não demonstrando vantagens tanto na competitividade quanto na economicidade;

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.3 e 2.7.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.3 e 2.7.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto e fechado", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.2.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.6.1.** conter vícios insanáveis;
 - 6.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

7.1.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

7.2. A documentação para fins de habilitação no presente pregão é constituída de:

7.2.1. Habilitação Jurídica:

7.2.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da proposta comercial, das declarações constantes neste edital e do contrato social; se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao responsável pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

7.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

7.2.2. Regularidade Fiscal:

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.3. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

7.2.2.4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

7.2.2.5. Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

7.2.2.6. Certificado de Regularidade do FGTS;

7.2.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

7.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

7.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.2.4. Qualificação Técnico-Profissional:

7.2.4.1. Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente:

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

7.2.4.1.2. Os profissionais indicados pelo licitante na forma do item 7.2.4.1. deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

7.2.5. Qualificação técnico-operacional:

a) Apresentar o Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente;

- 7.3.** Os comprovantes exigidos referente a regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, quando for o caso, que não constem vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.
- 7.4.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.4.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.5.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.10.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.13.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.14.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.19. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://itapoa.sc.gov.br> e www.gov.br/compras/pt-br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** advertência;
- 9.2.2.** multa;
- 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no autoatendimento do site www.itapoa.atende.net ou pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do município no endereço eletrônico itapoa.atende.net.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta;

11.11.2. ANEXO II - Minuta do Contrato Administrativo;

11.11.3. ANEXO III - Termo de Referência;

11.11.3.1. Apêndice I do Anexo III – Imagens de Referência;

11.11.3.2. Apêndice II do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar.

Itapoa, 19 de novembro de 2024.



Documento assinado digitalmente

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA

Data: 19/11/2024 12:33:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ISABELA RAICK DUTRA POHL RISSI
GERENTE DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS
E ALMOXARIFADO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5691/2023

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA
DECRETO MUNICIPAL Nº 6.739/2024

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social:		
CNPJ/MF nº:		Inscrição Estadual nº:
Endereço:		Bairro:
CEP:		Cidade/Estado:
Telefone:	Fax:	E-mail:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
Representante Legal/Procurador:		
CNPJ/MF nº:		Cargo/Função:
Responsável Técnico:		
CNPJ/MF nº:		Cargo/Função:

2. OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de iluminação e decoração natalina no município de Itapoá/SC, no ano de 2024/2025, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

GRUPO	DESCRIÇÃO	CATSER/ CATMAT*	QTD	UN	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1	GRUPO 1					
1	TRENÓ COM RENAS: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE TRENÓ COM RENAS EM FIBRA DE VIDRO, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TRENÓ COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2,50M X 1,50M X 1,20M EM ESTRUTURA DE METAL, PARTE EXTERNA PREENCHIDA COM PISCA DE LED 220V IP65 NA COR BRANCA E VERMELHA, COM A PARTE INTERNA DA BASE E BANCO EM COMPENSADO NAVAL QUE PERMITE A ENTRADA DE PESSOAS PARA FOTOS, PEÇA EM PINTURA ARTÍSTICA, ALTO BRILHO, COR VERMELHO, DOURADO, COM 04 RENAS CONFECIONADA EM FIBRA DE VIDRO EM PINTURA ARTÍSTICA COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,60M X 0,40CM X 1,30M, FIXADA SOBRE PEDESTAL EM ESTRUTURA DE METAL MEDINDO APROXIMADAMENTE 3,00M X 1,20M.	13757	1	SRV	R\$ 27.168,54	R\$ 27.168,54
2	GUIRLANDA: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE GUIRLANDA EM ESTRUTURA METÁLICA, FESTÃO, COM LAÇO ESTRUTURADO NA COR VERMELHA E PREENCHIMENTO COM LUZES DE LED NA COR BRANCO QUENTE INDICADO PARA ÁREA EXTERNA, RESISTENTE A EXPOSIÇÃO A INTEMPÉRIES, COM APROXIMADAMENTE 1,50 MTS DE DIÂMETRO, CONFECIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA.	13757	6	SRV	R\$ 3.041,80	R\$ 18.250,80
3	CASCATA DE LED: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE CASCATA LED 400 LAMP BRANCO QUENTE COM NO MÍNIMO: 10M LARGURA X 1M QUEDA + 1M DE CABO DE ALIMENTAÇÃO 220V. RESISTENTE A EXPOSIÇÃO A INTEMPÉRIES - IP65.	13757	5	SRV	R\$ 237,53	R\$ 1.187,65
4	ANJOS LUMINOSOS ARAMADOS: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE 1 (UMA) UNIDADE DE ANJO TOCANDO CORNETA, ARAMADO, TRIDIMENSIONAL, PRODUZIDO COM ARAMES DE ALUMÍNIO, PINTURA	13757	2	SRV	R\$ 6.371,77	R\$ 12.743,54

	EM EPÓXI NA COR BRANCA, APLICAÇÃO DE CONJUNTOS DE LED BRANCO FRIO 220V IP65, FIO BRANCO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 1,80M DE ALTURA X 1,00M DE LARGURA X 1,30M DE COMPRIMENTO, RESISTENTE A EXPOSIÇÃO A INTEMPÉRIES.					
5	ARABESCO DE ARVORE DE NATAL ESTRELA: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ARABESCO DE JARDIM ARVOREM DE NATAL ESTRELA EM METAL PAREDE DE APROXIMADAMENTE 1,20MM DE ESPESSURA E DE BARRA CHATA DE 1/8 X 3/8 E 1 1/2 X 1/4 DE POLEGADA E DIMENSÕES APROXIMADA DE 1,5 X 0,9 M, COM PINTURA ELETROESTÁTICA COM MANGUEIRA DE LED 220V IP65, COR A DEFINIR NO PEDIDO.	13757	8	SRV	R\$ 405,37	R\$ 3.242,96
6	CAIXA DE PRESENTE: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE CAIXA DE PRESENTE PRODUZIDO EM FIBRA DE VIDRO COM DIMENSÕES APROXIMADA DE 1 X 0,85 X 085 M. COM CORES VARIADAS.	13757	3	SRV	R\$ 2.589,73	R\$ 7.769,19
7	CERCA DE METAL: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE CERCA DE PROTEÇÃO COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2M X 1M. COM DETALHES EM ARVORE DE NATAL E ESTRELA, EM METALON PAREDE DE APROXIMADAMENTE 1,20MM DE ESPESSURA E DE BARRA CHATA DE 1/8 X 3/8 E 1 1/2 X 1/4 DE POLEGADA, COM PINTURA ELETROESTÁTICA DOURADA.	13757	20	SRV	R\$ 498,00	R\$ 9.960,00
8	MÁQUINA DE NEVE: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA SIMULAÇÃO DE NEVE, MÁQUINA DE NEVE COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1500W COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, PESO MÍNIMO DE 8KGM COM CONSUMO DE FLUÍDO MÍNIMO DE 400ML POR MINUTO, TENSÃO DE 220V, CAPACIDADE DE GALÃO DE 5L. COM DIMENSÃO MÍNIMA DE 58X33X35CM.	13757	4	SRV	R\$ 2.390,26	R\$ 9.561,04
9	Líquido Fluido profissional para Máquinas de Neve, galão de 5L, atóxica, antialérgica a base de surfactante aniônico, essência e água deionizada com fórmula elaborada e supervisionada por químico responsável devidamente ativo no CRQ. FLUÍDO DE NEVE – PRÉ MISTURA PARA SER USADA EM MÁQUINAS DE NEVE, SENDO SUA COMPOSIÇÃO DE MISTURA DE SURFACTANTES ANIÔNICOS, NÃO IÔNICOS, ÁGUA DEIONIZADA, ESSÊNCIAS E CORANTES VEGETAIS	443459	120	GL	R\$ 72,79	R\$ 8.734,80
10	REFLETOR DE LED: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE: REFLETORES DE LED PARA AMBIENTES EXTERNOS NA COR BRANCO QUENTE. POTÊNCIA DO REFLETOR DE NO MÍNIMO 150W E MÁXIMO 200W, 220V E IP65, RESISTENTE A EXPOSIÇÃO A INTEMPÉRIES	13757	8	SRV	R\$ 169,65	R\$ 1.357,20
11	TÚNEL DE LED: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE TÚNEL DE LED, ESTRUTURA METÁLICA ILUMINADA COM TEMAS NATALINOS TOTALMENTE CONTORNADA COM MANGUEIRA DE LED RGB 220V IP65, 60M. COMP. X 8,00M LARG. X 3,00M. ALT. NO SEU CUME A ALTURA SERÁ DE 3,5M., ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA TUNEL FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TÚNEL DE ILUMINAÇÃO, COM ESTRUTURA EM ARCOS METÁLICOS E TECNOLOGIA LED RGB, NA AVENIDA DO	13757	1	SRV	R\$ 86.294,78	R\$ 86.294,78

COMERCIO EM FRENTE AO MERCADO DA MARIA, A FIM DE, ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ. 1. ESTRUTURA METÁLICA 1.O COMPRIMENTO TOTAL DO TÚNEL DEVE SER DE 60 METROS. 2.O TÚNEL DEVE TER 3,50 METROS DE ALTURA EM SEU PONTO CENTRAL, COM PÉ DIREITO DE 3,00 METROS. 3.A LARGURA TOTAL DO TÚNEL DEVE SER DE 8,00 METROS. 4.O TÚNEL DEVE SER COMPOSTO POR 12 ARCOS MONTADOS A 5 METROS DE DISTÂNCIA CADA CONJUNTO. 5.OS ARCOS E REFORÇOS DO TÚNEL DEVEM SER FEITOS COM PERFIL METÁLICO U ENRIJECIDO DE 2 POLEGADAS X 1 POLEGADA E ESPESSURA DE 2,00 MILÍMETROS. 6.AS 2 HASTES LATERAIS DE CADA ARCO DEVEM POSSUIR 3,00M DE ALTURA E A PARTE SUPERIOR DEVE SER CALANDRADA CRIANDO UM DESLOCAMENTO DE 30CM DE ALTURA. 7.NA BASE DE CADA HASTE DEVE HAVER UMA SAPATA QUADRADA DE PELO MENOS 10CM X 10CM DE CHAPA METÁLICA DE ¼ DE POLEGADA, COM SUPORTE AJUSTÁVEL DE 20CM DE ALTURA, FEITA DE PERFIL METÁLICO U ENRIJECIDO DE 56 MM X 32 MM E ESPESSURA DE 2,00 MM, COM FURAÇÃO PARA FIXAÇÃO NO CHÃO. 8.A ESTRUTURA DEVERÁ SER GALVANIZADA A FOGO OU A ZINCO ELETROLÍTICA, COM PINTURA NA COR PRETA. 2. ESTRUTURA ELÉTRICA 1.O TÚNEL DEVE SER COMPOSTO POR 96 CONJUNTOS DE LED ESTÁTICO, COM OS CORDÕES INSTALADOS A UMA DISTÂNCIA DE 10CM ENTRE ELES COM 5 METROS DE COMPRIMENTO CADA CONJUNTO. 2.OS LEDS DE ILUMINAÇÃO DEVERAM POSSUIR GRAU DE PROTEÇÃO IP68. 3.OS LEDS DEVEM COMPOSTO POR SISTEMA DE COR ESPECIFICADO PELA PREFEITURA. 4.OS CONJUNTOS DE LEDS DEVEM SER INDIVIDUALMENTE CONTROLADOS ATRAVÉS DE UM SINAL DIGITAL. 5.O CABO DE ENERGIA DO CORDÃO/FITA DE LED DEVE SER EM COR ESCURA, PARA TORNAR A INSTALAÇÃO ELÉTRICA DO TÚNEL DISCRETA QUANDO APAGADA. 6.O SISTEMA DE CONTROLE ELÉTRICO DEVE POSSUIR 01 CONTATOR TRIPOLAR DE PELO MENOS 25A POR POLO E BOBINA DE 220V, E TIMER PARA LIGAR O SISTEMA. 7.DEVE POSSUIR TAMBÉM UMA INTERFACE, COM TOTAL DE SAÍDAS, QUE É CAPAZ DE CONTROLAR OS 96 CANAIS QUE SERÃO USADOS NO TÚNEL. 8.A INTERFACE AINDA DEVE RECEBER O SINAL SACN E1.31OU ARTNET, QUE POSSUI TODOS OS CANAIS DOS CORDÕES E É ENVIADO PELO MICROCOMPUTADOR, E CONVERTER PARA O PADRÃO DOS CORDÕES 220V, A UMA TAXA DE ATUALIZAÇÃO MÍNIMA DE TODOS OS CANAIS DE 40 VEZES POR SEGUNDO PARA GARANTIR A SUAVIDADE DOS EFEITOS. 9.OS CABOS DE ENERGIA E SINAL DEVEM SER DIMENSIONADOS PARA CORRETO FUNCIONAMENTO DO TÚNEL. 10.AS PARTES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS USADAS NO SISTEMA DE CONTROLE DEVEM FICAR DENTRO DE					
---	--	--	--	--	--

	CAIXAS PLÁSTICAS HERMÉTICAS PARA PROTEÇÃO CONTRA INTEMPÉRIES. 2.1.ELETRÔNICOS 1.TODO O SISTEMA DEVE SER CONTROLADO ATRAVÉS DE UM MICROCOMPUTADOR QUE ENVIA O SINAL PARA A INTERFACE, POSSUI SAÍDA DE ÁUDIO PARA A CAIXA DE SOM E CONTA COM UM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO. 2.O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, DEVE SER DISPONIBILIZADO GRATUITAMENTE A CONTRATANTE, A FIM DE, NÃO COMPROMETER AS FUNCIONALIDADES NECESSÁRIAS PARA O PROJETO. 3.O SOFTWARE DEVE PERMITIR A PROGRAMAÇÃO DE HORÁRIO PARA INÍCIO E TÉRMINO DO SHOW DE LUZES DE FORMA AUTOMÁTICA. 4.O SOFTWARE DEVE PERMITIR A PROGRAMAÇÃO PARA DEFINIR A ORDEM DAS SEQUÊNCIAS DE EFEITOS QUE SERÃO REPRODUZIDOS. 5.O SISTEMA DEVE MEMORIZAR OS PARÂMETROS E FUNCIONAR DE FORMA AUTOMÁTICA TODOS OS DIAS. 6.O SISTEMA DE CONTROLE DEVE CONTAR COM A FUNCIONALIDADE DE PRÉ-PROGRAMAR EFEITOS ESPECÍFICOS PARA EXECUÇÃO DE FORMA AUTOMÁTICA. 7.O SHOW MUSICAL DEVE SER COMPOSTO POR 10 MÚSICAS, QUE DEVEM SER SINCRONIZADAS ATRAVÉS DE PROGRAMA ESPECÍFICO PARA ESTE FIM, PARA CRIAR OS EFEITOS DO TÚNEL DE ACORDO COM A MÚSICA E DEPOIS SALVAR OS ARQUIVOS NO MICROCOMPUTADOR PARA REPRODUÇÃO. 8.A ESTRUTURA DE CONTROLADORES DO TÚNEL DEVERÁ SER FEITA PARA POSSIBILITAR O FUNCIONAMENTO EM SINCRONIA E DEVERÁ FUNCIONAR INCLUSIVE DURANTE O SHOW DE MÚSICAS. 9.O TÚNEL DEVERÁ POSSUIR 02 (DUAS) CAIXAS DE SOM, SENDO ELAS DE POTÊNCIA MÍNIMA DE 300W RMS. 10.A SINCRONIA DEVE MANTER PADRÕES DE EFEITOS, SENDO QUE OS EFEITOS DEVEM PERFAZER TODA ÁREA DO TÚNEL. 11. O SOFTWARE PARA CRIAÇÃO DE EFEITOS DO TÚNEL DEVE SER INSTALADO E CONFIGURADO EM UM COMPUTADOR DA PREFEITURA. 3.INSTALAÇÃO ENTENDA-SE COMO INSTALAÇÃO TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO NORMAL					
12	ARVORE NATALINA 6M.: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ÁRVORE NATALINA ESTRUTURA EM METALON ILUMINADA COM TEMAS NATALINOS COM 6M DE ALTURA TOTALMENTE CONTORNADA COM MANGUEIRA DE LED 220V IP65, CORES A DEFINIR NO PEDIDO, ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA.	13757	1	SRV	R\$ 13.455,57	R\$ 13.455,57

13	PACOTE DE PRESENTE LUMINOSO TRIDIMENSIONAL: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE PACOTE DE PRESENTE TRIDIMENSIONAL DIMENSÕES APROXIMADA DE 1,20M X 1,20M X 1,20M E ESTRUTURA EM METALON GALVANIZADA 30,00MM X 30,00MM, PAREDE DE 1,20MM DE ESPESSURA E DE BARRA CHATA DE 1/8 X 3/8 E 1 1/2 X 1/4 DE POLEGADA, COM PINTURA ELETROESTÁTICA, COM MANGUEIRA DE LED 220V IP65 E LAÇO NA PARTE SUPERIOR - NAS CORES BRANCO, AZUL E LAÇO VERMELHO, ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA.	13757	1	SRV	R\$ 2.952,91	R\$ 2.952,91
14	MANGUEIRA DE LED: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE MANGUEIRA DE LED 220V IP65, METRO LINEAR, COR BRANCA QUENTE, PARA CONTOURNO DE ARQUITETURA DE IMÓVEL PÚBLICO.	13757	1000	MT	R\$ 21,64	R\$ 21.640,00
15	PACOTE E PRESENTE GIGANTE LUMINOSO TRIDIMENSIONAL: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE PACOTE E PRESENTE GIGANTE LUMINOSO TRIDIMENSIONAL EM ESTRUTURA METALON 30,00MM X 30,00MM, PAREDE DE 1,20MM DE ESPESSURA E DE BARRA CHATA DE 1/8 X 3/8 E 1 1/2 X 1/4 POLEGADA, COM PINTURA ELETROESTÁTICA, COM DIMENSÕES APROXIMADA DE 3,6M X 3,2M X 3,25M COM PASSAGEM INTERNA EM METAL E LAÇO NA PARTE SUPERIOR, CORES BRANCO, AZUL E LAÇO VERMELHO, ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA.	13757	1	SRV	R\$ 26.972,72	R\$ 26.972,72
16	BOLA DE NATAL GIGANTE LUMINOSO TRIDIMENSIONAL: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE BOLA DE NATAL GIGANTE LUMINOSO TRIDIMENSIONAL EM ESTRUTURA METALON 30,00MM X 30,00MM, PAREDE DE 1,20MM DE ESPESSURA E DE BARRA CHATA DE 1/8 X 3/8 E 1 1/2 X 1/4 POLEGADA, COM PINTURA ELETROESTÁTICA, COM DIMENSÕES APROXIMADA DE 3,9M X 3,25M X 3,25M COM UMA ABERTURA EM METAL, ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA.	13757	1	SRV	R\$ 22.488,48	R\$ 22.488,48
17	BOLA DE NATAL GIGANTE LUMINOSO TRIDIMENSIONAL: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE BOLA DE NATAL GIGANTE LUMINOSO TRIDIMENSIONAL EM ESTRUTURA METALON 30,00MM X 30,00MM, PAREDE DE 1,20MM DE ESPESSURA E DE BARRA CHATA DE 1/8 X 3/8 E 1 1/2 X 1/4 POLEGADA, COM PINTURA ELETROESTÁTICA, COM DIMENSÕES APROXIMADA DE 3,9M X 3,25M X 3,25M COM DUAS ABERTURAS EM METAL, ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA.	13757	1	SRV	R\$ 22.488,48	R\$ 22.488,48

18	PRESEPIO LUMINOSO COM ARCOS LUMINOSO TRIDIMENSIONAL: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE PRESÉPIO LUMINOSO COM 4 ARCOS E 1 UNIDADE DE SAGRADA FAMÍLIA COM DIMENSÕES APROXIMADAS PARA JESUS 0,4M, MARIA 1,6M e JOSÉ 1,8M. FIGURAS LUMINOSAS TRIDIMENSIONAL EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON, BARRA CHATA E METALON, PAREDE DE 1,2MM DE ESPESSURA E DE BARRA CHATA DE 3/16 X 1/2 DE POLEGADA, ZINCADA, COM PROTEÇÃO ANTICORROSIVA RESISTENTE A EXPOSIÇÃO A INTEMPÉRIES COM MANGUEIRA DE LED 220V IP65 EM COR BRANCA FRIA E INTERIOR COM MICRO LÂMPADAS DE LED NA COR AZUL NA TENSÃO DE 220V IP65, ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA.	13757	1	SRV	R\$ 12.966,66	R\$ 12.966,66
19	ÁRVORE DE NATAL 12,5 METROS: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ÁRVORE NATALINA ESTRUTURA EM METÁLICA ILUMINADA COM TEMAS NATALINOS COM 12,5M DE ALTURA TOTALMENTE CONTORNADA COM MANGUEIRA DE LED RGB 220V IP65, ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA. 1. ESTRUTURA METÁLICA 1. ÁRVORE DE NATAL COM PIXEL DIGITAL ENDEREÇÁVEL, MONTADA COM ESTRUTURA DE METALON MEDINDO 10,5M DE ALTURA X 6M DE DIÂMETRO DA BASE E PELO MENOS 70CM DE DIÂMETRO DO TOPO E MAIS SUPORTE COM ESTRELA 2M DE ALTURA (TOTAL 12,5M). 2. MÓDULOS INTERNOS FABRICADOS EM METALON 30X20MM PAREDE 2MM EM FORMATO TRAPÉZIO COM 1,5 METRO DE ALTURA, DEVEM SER FIXADOS 12 MÓDULOS UM AO OUTRO POR PARAFUSOS DE AÇO E FORMANDO ASSIM O CONJUNTO PARA CADA ALTURA, NO CASO DESTE MODELO COM 10,5 METROS DEVEM SER USADOS 07 CONJUNTOS, TOTAL DE 84 MÓDULOS. 3. MATERIAL DEVE SER PINTADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR PRETO, FICANDO PROTEGIDO CONTRA AS INTEMPÉRIES DURANTE SEU USO. 2. ESTRUTURA ELÉTRICA E ELETRONICOS 1. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE ILUMINAÇÃO POR PIXEL LED DIGITAL IP 68 ENDEREÇÁVEL COM TENSÃO DE TRABALHO 12V SÃO FIXOS EM PERFIL FABRICADOS EM AÇO CARBONO CORTADOS A LASER E DOBRADOS EM CNC E TAMBÉM PINTADOS A PÓ NA COR PRETO. 2. DEVEM SER USADOS UM TOTAL DE 16800 PIXELS WS2811 O QUAL PODE SER CONTROLADO INDIVIDUALMENTE POR SOFTWARE DEDICADO COMO VIXEN LIGHTS OU X LIGHTS. 3. DEVE POSSUIR CAIXA HERMÉTICA COM DUAS FONTES DE ALIMENTAÇÃO CHAVEADAS TIPO COLMEIA PARA ALIMENTAÇÃO DE CADA ALTURA, NO TOTAL DESTE MODELO DE ÁRVORE 10,5M SÃO USADAS 07 CAIXAS HERMÉTICAS E TOTAL DE 14 FONTES, MAIS UMA CAIXA HERMÉTICA ONDE É INSTALADA A PLACA CONTROLADORA ARTNET BBB16 + MODEM WI-FI. 4. SISTEMA DE CONTROLE DOS PIXELS, USAMOS PLACA ARTNET COM SAÍDAS SPI PARA OS SINAIS DE	13757	1	SRV	R\$ 33.609,17	R\$ 33.609,17

	DADOS DOS PIXELS E TAMBÉM É RESPONSÁVEL POR CONTROLAR A SAÍDA DE ÁUDIO PARA A CAIXA DE SOM QUE É USADA PARA EXECUTAR O SHOW DE LUZES EM SINCRONIZAÇÃO COM A MÚSICA. 5. ESTA PLACA DE CONTROLE TAMBÉM É RESPONSÁVEL POR CONTROLAR AS SEQUÊNCIAS A SEREM APRESENTADAS, DIAS E HORÁRIOS PROGRAMADOS PARA A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO SHOW DE LUZES DE NATAL QUE PODEM SER ADICIONADOS DE FORMA A SEREM EXECUTADOS EM DIAS ALTERNADOS COM PROGRAMAÇÕES VARIADAS DURANTE TODO O PERÍODO DE NATAL, TUDO FUNCIONA DE FORMA AUTÔNOMA, SEM A NECESSIDADE DE TER UM COMPUTADOR CONECTADO AO SISTEMA. UMA VEZ DEFINIDO AS SEQUÊNCIAS E TODO PROCESSO DE LIGA E DESLIGA DURANTE A MONTAGEM, TUDO FICA SALVO NA PRÓPRIA MEMÓRIA DA CONTROLADORA. 6. TODO SISTEMA OPERANDO COM 54.800 CANAIS DE DADOS VIA ARTNET PARA DAR MAIS VELOCIDADE NA EXECUÇÃO DOS EFEITOS E SEQUÊNCIAS. 7. POSSUIR MODEM WI-FI PARA GERAR REDE INTERNA NA ARVORE PARA QUE POSSA TER ACESSO AO SISTEMA VIA NOTEBOOK OU CELULAR PARA ATUALIZAÇÕES DE SEQUÊNCIAS OU PARA ALTERAÇÕES DE BRILHO DOS LEDS, COMO TAMBÉM CONTROLE DO VOLUME DO SOM DO SISTEMA OU CASO PRECISE TROCAR SEQUÊNCIAS OU EFEITOS OU HORÁRIOS DE APRESENTAÇÃO. 8. A SAÍDA DE ÁUDIO DEVE SER ENVIADA PARA UMA CAIXA DE SOM APROPRIADA AO AMBIENTE EXTERNO OU CASO SEJA USADO SISTEMA DE SOM COM PA EM PRAÇA PÚBLICA. 3. INSTALAÇÃO ENTENDA-SE COMO INSTALAÇÃO TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO NORMAL FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO EM TODAS AS ÁREAS ABRANGIDAS, DENTRE OS QUAIS: MONTAGEM, CONFIGURAÇÃO E AJUSTES NECESSÁRIOS À OPERAÇÃO DA ESTRUTURA.					
20	PACOTE DE PRESENTE LUMINOSO TRIDIMENSIONAL: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE PACOTE DE PRESENTE TRIDIMENSIONAL DIMENSÕES APROXIMADA DE 1,20M X 1,20M X 1,20M E ESTRUTURA EM METALON GALVANIZADA 30,00MM X 30,00MM, PAREDE DE 1,20MM DE ESPESSURA E DE BARRA CHATA DE 1/8 X 3/8 E 1 1/2 X 1/4 DE POLEGADA, COM PINTURA ELETROESTÁTICA, COM MANGUEIRA DE LED 220V IP65 E LAÇO NA PARTE SUPERIOR - NAS CORES BRANCO, AZUL E LAÇO VERMELHO, ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO AVISO DE PERIGO ELETRICIDADE POR MEIO DE FIXAÇÃO DE PLACA.	13757	1	SRV	R\$ 2.952,91	R\$ 2.952,91
21	ARABESCO BOLA DE NATAL COM ESTRELAS: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ARABESCO BOLA DE NATAL COM ESTRELAS EM METAL COM MANGUEIRA DE LED 220V IP65, COM ALTURA APROXIMADA DE 1M E COR A DEFINIR NO PEDIDO.	13757	84	SRV	R\$ 555,63	R\$ 46.672,92
22	ARABESCO CHUVA DE ESTRELAS E ANJOS COM TROMBETA: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ARABESCO CHUVA DE ESTRELAS E ANJOS COM TROMBETA EM METAL ILUMINADO COM MANGUEIRA DE LED 220V IP65, COM LARGURA APROXIMADA DE 0,8M E COR A DEFINIR NO PEDIDO.	13757	80	SRV	R\$ 597,39	R\$ 47.791,20
VALOR TOTAL GRUPO 1					R\$ 440.261,52	

NÃO AGRUPADO						
23	CASINHA DO PAPAI NOEL: LOCAÇÃO, ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO NA PARTE EXTERNA E INTERNA DO BOX DO MERCADO DA MARIA. DECORAÇÃO PARTE EXTERNA: FESTÃO ARAMADO NA COR VERDE DECORADO COM MICRO LÂMPADAS FITAS E LAÇOS VERMELHOS E BOLAS VERMELHAS E PRATA. DECORAÇÃO PARTE INTERNA: FESTÃO ARAMADO NA COR VERDE DECORADO COM MICRO LÂMPADAS FITAS E LAÇOS VERMELHOS E BOLAS VERMELHAS E PRATA, POLTRONA DO PAPAI NOEL E MAMÃE NOEL NA COR VERMELHA, BANCO DE APOIO LATERAL COM ASSENTO NA COR VERMELHA, ÁRVORE DE NATAL DE 2,50MTS DECORADA NAS CORES VERMELHA, PRATA, BRANCA, CAIXAS DE PRESENTE PARA COMPOR A DECORAÇÃO, CAIXA DE CORREIO PARA CARTINHAS EM MADEIRA COM DECORAÇÃO NATALINA. ACOMPANHA 2 UNIDADES DE AR CONDICIONADO PORTÁTIL ALOCADOS PRÓXIMOS A POLTRONA DO PAPAI NOEL E MAMÃE NOEL.	13757	1	SRV	R\$ 30.684,63	R\$ 30.684,63
VALOR TOTAL ITEM					R\$ 30.684,63	
VALOR MÁX. TOTAL					R\$ 470.946,15	

Validade da Proposta:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos. Declaramos que, o preço proposto compreende a todos os serviços, materiais e encargos necessários à completa realização do serviço e sua entrega completa em todos os pormenores mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.



Documento assinado digitalmente
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
Data: 19/11/2024 12:26:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/20...**

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, por intermédio da Secretaria de Turismo e Cultura, neste ato representado pela Secretária de Turismo e Cultura, a Sra. **SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA**, nomeada através do Decreto nº 6.739/2024, portadora do CPF/MF nº 421.955.869-15, aqui denominado(a) **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa _____, com sede à Rua _____, nº ____ – sala nº __, Bairro: _____, na cidade de _____/____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____ e Inscrição Estadual nº _____, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. _____, portador do CPF/MF nº _____ e do CI.RG nº _____, aqui denominada **CONTRATADA**, ajustam a _____, e em conformidade com o que consta no processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2024** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para locação de iluminação e decoração natalina no município de Itapoá/SC, no ano de 2024/2025, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, e conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MARCA/ MODELO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência contratual é de 3 (três) meses contados a partir da assinatura do contrato podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111, da Lei nº 14.133/21.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O prazo da execução dos serviços será:

2.2.1. Montagem e instalação devem ser realizadas entre os dias 02 e 06 de dezembro de 2024;

2.2.2. Desmontagem deve ser realizada entre os dias 06 e 31 de janeiro de 2025

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / /**2024**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Sanções que poderão ser cominadas ao contratado, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

- a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;
- b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial do contrato (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento;
- c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes do contrato;
- d) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 10% (dez por cento);
- e) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.
- f) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do contratado, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.
- g) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato.

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Itapoá, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Prog	Proj/Ativ	FR	Subelemento
Sec. de Turismo e Cultura	148	10	001	0023	0695	0006	2054	15007000000 0	333903923

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, __ de _____ 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

NOME:
CPF/MF:

NOME:
CPF/MF: